



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Aos 02 (dois) dias do mês de julho do ano de 2025, às 19h (dezenove horas), deu-se início à 13ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas. Resumo: Abertura, Leitura de Quórum, Leitura do Expediente, Explicação, Votação e Encerramento. O Presidente, Sr. Reinaldo Ribeiro Nunes, iniciou a reunião desejando um boa noite a todos e agradecendo a presença dos vereadores e do público presente. Em seguida, solicitou ao Secretário, Sr. Alessandro de Almeida Nardy, que procedesse à leitura do quórum, sendo constatada a presença de todos os parlamentares, exceto o parlamentar Mauro Sérgio da Silva, que teve sua falta justificada. Em seguida, tendo sido a Ata da 3ª Reunião Extraordinária previamente disponibilizada aos parlamentares, tanto em formato impresso quanto digital, e com base no disposto na Resolução nº 04/2025, o Presidente submeteu a referida ata à apreciação do Plenário, sendo aprovada por unanimidade. A pedido do Presidente, a Secretária, Sra. Ana Clara Cirilo de Paula, Amariles de Moura Nogueira, procedeu à leitura dos expedientes constantes na pauta, sendo: Ofícios Enviados: nº 169 e 170/2025 e; Ofícios Recebidos: nº 190, 192 e 193/2025. Na sequência, procedeu com a leitura dos Projetos de Leis, Decretos Legislativos e Resoluções, sendo Projeto de Lei Ordinária nº 35/2025, que “Institui, no Município de Bom Jardim de Minas, o Dia Municipal do Protetor de Animais e dá outras providências”, Projeto de Lei nº 36/2025, que “Ratifica o Protocolo de intenções da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra/ACISPES, nos termos e para os fins da Lei Federal nº 11.107/2005”, Projeto de Lei nº 38/2025, que “Altera o valor das subvenções das entidades que menciona, e dá outras providências”. A Secretária seguiu com a leitura do Parecer nº 53/2025, das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e de Fiscalização, Finanças, Orçamentos e Tomadas de Contas ao Projeto de Lei Complementar nº 10/2025, que “Inclui a Seção V ao Capítulo II do Título II, da Lei Municipal nº 431 de 30 de novembro de 1967 (Código Tributário), estabelecendo a previsão de aplicação e arrecadação do ITU Progressivo no Tempo, com fundamento nos artigos 5º a 8º da Lei Federal nº 10.257/2001 e dá outras providências”. Em discussão e 1ª votação foi reprovado por todos os Edis presentes. O vereador Divino, ao votar contra o projeto, disse que o projeto é de suma importância para o Município, mas necessita de um planejamento e de um fiscal efetivo que possa acompanhar. Além disso, comentou sobre a iluminação pública. Devido à arrecadação, ele vê pouco investimento. O Sr. Renan votou contra e falou que é a favor da colocação do vereador Enzo no parecer. A Sra. Ana Claudia votou contra e disse que, na sua relatoria na comissão, quando divergiu com o vereador Enzo na outra comissão, disse que o projeto é constitucional, legal e importante para o município, mas, da forma como foi apresentado, considerando que o código tributário está tratando em cruzeiro e não somente esses incisos relevantes. Ela acredita que seria necessária uma reforma maior, para que pudesse ser executado de uma forma mais eficiente. O presidente também votou contra e disse concordar com o parecer apresentado pelo vereador Enzo. O Sr. Enzo, votou contra e manteve o voto da comissão. Concluída a votação, a Vice-Presidente Ana Cláudia Gomes solicitou interstício de



This image shows a single page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, leaving small margins at the top and bottom. There are no vertical margin lines, text, or other markings on the page.